



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA ECOLÓGICA

BRENO MATIAS HORTA

**AGRICULTURA FAMILIAR, LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR E
DEFESA DO TERRITÓRIO: O CASO DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ.**

FORTALEZA

2024

BRENO MATIAS HORTA

AGRICULTURA FAMILIAR, LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR E
DEFESA DO TERRITÓRIO: O CASO DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ.

Monografia apresentada ao Curso de Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia Ecológica.

Orientador: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- H811a Horta, Breno Matias.
Agricultura familiar, luta pela soberania alimentar e defesa do território : o caso do acampamento Zé Maria do Tomé / Breno Matias Horta. – 2024.
41 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.
1. Agricultura familiar. 2. Soberania alimentar. 3. Território rural. 4. Agronegócio. I. Título.
CDD 577
-

BRENO MATIAS HORTA

AGRICULTURA FAMILIAR, LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR E
DEFESA DO TERRITÓRIO: O CASO DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ.

Monografia apresentada ao Curso de
Economia Ecológica do Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Economia Ecológica.

Aprovada em: 26/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Aiala Vieira Amorim
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Vitor Mendonça Torres
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

A minha mãe Ana Paula Silva Matias e em
memória de Matias Filho.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Gil Célio, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Aiala Vieira Amorim e Prof. Me. Vitor Mendonça Torres pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

“Ninguém come PIB, come alimentos”
(MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES)

RESUMO

O presente estudo visa discorrer sobre a luta e resistência da agricultura familiar na manutenção do seu território, costumes e soberania alimentar mediante o avanço do agronegócio e sua visão voltada para o lucro. O objetivo específico deste trabalho é relatar através do estudo de caso do Acampamento Zé Maria do Tomé os problemas enfrentados pelo campesinato diante do avanço da agroindústria alimentícia que buscam gerar um crescimento econômico independente dos impactos gerados aos pequenos produtores, perda de diversidade dado que as empresas priorizam por uma monocultura e utilização de agrotóxicos. A metodologia foi feita através de uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, com dados retirados de periódicos, obras literárias, visita ao local e outras fontes que contribuem para o contexto histórico e multidisciplinar desenvolvido. Conclui-se que agricultura familiar desempenha um papel fundamental na distribuição interna de alimentos tal como na relação do homem com a terra e sua subsistência, preservando os conhecimentos tradicionais de cultivo e uma maior diversidade produtiva tendo como perfil uma produção mais sustentável.

Palavras-chave: agricultura familiar; soberania alimentar; território rural; agronegócio.

ABSTRACT

This study aims to discuss the struggle and resistance of family farming in maintaining its territory, customs, and food sovereignty in the face of the advancement of agribusiness and its profit-oriented vision. The specific objective of this work is to report, through the case study of the Zé Maria do Tomé Camp, the problems faced by the peasantry in the face of the advancement of the food agroindustry that seeks to generate economic growth independent of the impacts generated on small producers, loss of diversity given that companies prioritize monoculture and the use of pesticides. The methodology was carried out through exploratory and descriptive research with a qualitative approach through a narrative bibliographic review, with data taken from periodicals, literary works, site visits, and other sources that contribute to the historical and multidisciplinary context developed. It is concluded that family farming plays a fundamental role in the internal distribution of food as well as in the relationship between man and the land and his subsistence, preserving traditional knowledge of cultivation and greater productive diversity with a profile of more sustainable production.

Keywords: family farming; food sovereignty; rural territory; agribusiness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Imagem da placa na entrada do acampamento	35
Figura 2	-	Imagem de acampados.....	36
Figura 3	-	Imagens do acampamento.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Número de estabelecimentos rurais	19
Tabela 2	- Área em hectares dos estabelecimentos rurais	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
AF	Agricultura Familiar
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
MST	Movimento Sem Terras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização e justificativa da pesquisa.....	16
1.2	Objetivos.....	16
1.3	Metodologia de pesquisa.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Agricultura familiar	17
2.2	Soberania alimentar	22
2.3	Território.....	26
2.4	Políticas Públicas e Ações de Apoio à Agricultura Familiar	30
3	ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICA	32
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos rurais estão entre alguns dos processos mais estudados na história do Brasil. Um dos principais motivos para esses conflitos está na estrutura fundiária, onde elites agrárias concentram maior parte do território. Segundo IBGE (2017) cerca de 23% dos estabelecimentos rurais detém 77% das áreas agricultáveis gerando uma desigualdade, esse problema vem desde a colonização brasileira e prolonga-se até os dias atuais. Com a chegada da revolução verde¹ na década de 60, agravou esses embates entre pequeno produtor e o agronegócio o que acabou gerando indignação e a criação de movimentos sócias em prol da luta e resistência em defesa do território.

Além disso, o termo agronegócio é baseado em uma noção de uma cadeia de negócios que se constitui da agropecuária, monoculturas e produção em larga escala com um objetivo comercial, na qual as atividades produtivas não podem ser analisadas isoladamente (Batalha; Souza Filho, 2003). Além disso, baseia-se na utilização de maquinário, agrotóxicos, fertilizantes químicos em um latifúndio compondo a primícia do “*agribusiness*”, onde ocorre uma visão comercial do que se é produzido e como maximizar o lucro.

Diante desse conflito, não se pode negar a importância da agricultura familiar que utiliza um modo de produção baseado na valorização da terra e no respeito ao meio ambiente. Segundo (Alves; Troian; Vasconcelos, 2022), a busca por alternativas agroecológicas e a valorização do conhecimento local são estratégias importantes para promover um modelo de agricultura sustentável e contribuir para a segurança alimentar das comunidades rurais.

Nesse cenário, várias políticas públicas foram implementadas a fim de valorizar, a agricultura familiar, bem como permitir a permanência do homem no campo, garantindo maior qualidade de vida. Dentre elas destacam-se Programa Cisternas que tem como objetivo promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (Brasil, 2022). Outro programa que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que se destina a agricultores familiares, incluindo os assentados da reforma agrária e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e as entidades que prestam assistências ou serviços às mesmas, que recebem doação dos alimentos (Brasil, 2005).

¹ Revolução Verde é um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura. É um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas que teve como escopo alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização agrícola. (Serra et al., 2016)

É de extrema importância relacionar as políticas públicas adotadas pelo governo para apoiar e fortalecer a agricultura familiar nos aspectos do acesso à terra, disponibilidade de recursos financeiros, assistência técnica e o acesso aos mercados, como importantes fatores que influenciam a viabilidade da agricultura familiar e a sua capacidade de garantir a soberania alimentar da população, além de promover o desenvolvimento rural sustentável.

No estado do Ceará, o Acampamento Zé Maria do Tomé, localiza-se em uma região de constantes conflitos territoriais marcados pelo sofrimento dos agricultores familiares que tentam manter vivo os conhecimentos tradicionais de um modo de produção que respeite a natureza. Além disso, os acampados enfrentam desafios significativos quanto à regularização fundiária e à preservação ambiental, trazendo em seu nome um agricultor ativista, símbolo de resistência contra uso indiscriminado de agrotóxicos na chapada do Apodi. A garantia dos direitos dessas comunidades e a preservação dos recursos naturais são elementos bases para a construção de uma agricultura sustentável e para a promoção de um desenvolvimento equilibrado.

Vale ressaltar a importância de se compreender as particularidades e os desafios dos agricultores familiares do Acampamento Zé Maria do Tomé, na luta por afirmação do seu território e o direito de produzir de maneira sustentável, em uma região com forte presença de empresas agrícolas que lidam com a produção vegetal de maneira estritamente econômica. Dessa forma, tratando a produção agrícola como um “*commodites*”², causando impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes de práticas agrícolas agressivas que objetivam uma produção elevada, assim gerando mais lucro desconsiderando os impactos gerados ao ambiente.

Vale ressaltar que vários trabalhos trazem como resultados as consequências desastrosas da pulverização com agrotóxicos na região da Chapada do Apodi, local onde se encontra-se o Acampamento Zé Maria do Tomé (Fonte).

Diante do exposto, é de fundamental importância explorar em profundidade a relação em que os agricultores familiares no Acampamento Zé Maria do Tomé têm com o território e seus conflitos, bem como compreender soberania alimentar e segurança alimentar. O entendimento dessas particularidades é essencial para a formulação de políticas públicas e estratégias que visem potencializar e fortalecer a agricultura familiar como um todo, e não apenas no Acampamento Zé Maria do Tomé.

²*Commodites* são mercadorias que podem ser agrícolas ou minerais, normalmente matéria-prima para produção de bens acabados (Veríssimo; Xavier, 2014).

Espera-se que os resultados obtidos a partir deste trabalho possam contribuir de forma significativa para a promoção do desenvolvimento sustentável da região, valorizando e reconhecendo a importância do trabalho dos agricultores familiares e assegurando a soberania alimentar como um direito fundamental para todos os indivíduos. A valorização e o fortalecimento da agricultura familiar são fundamentais para a construção de um modelo alimentar mais justo e sustentável, que garanta a autonomia e a segurança alimentar das comunidades rurais. Nesse sentido, é importante destacar elementos como a agenda 2030 e ODS são de grande importância para a implementação de políticas sustentáveis

Ressalta-se que ao expandir a pesquisa e investigar essas questões de forma detalhada, espera-se que o estudo possa contribuir para conscientizar a sociedade sobre a importância da segurança alimentar e da preservação do meio ambiente, incentivando práticas sustentáveis e promovendo a participação ativa das comunidades rurais na construção de um sistema alimentar mais justo e equitativo.

1.1. Contextualização e justificativa da pesquisa

A pesquisa se justifica pela relevância da agricultura familiar e da soberania alimentar no Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte, Ceará. A comunidade enfrenta desafios e luta pela garantia de seu território e de condições dignas de vida. Compreender o contexto socioeconômico e as práticas agrícolas adotadas é essencial para promover ações eficazes de apoio e fortalecimento desse modelo de produção. Além disso, a pesquisa visa contribuir para o conhecimento acadêmico e para a formulação de políticas públicas, a fim de promover a compreensão e valorização da agricultura familiar como estratégia para o fortalecimento da segurança alimentar e do desenvolvimento local.

1.2. Objetivo

O objetivo deste trabalho consiste em compreender a importância da agricultura familiar, seus desafios, bem como descrever a relação das políticas públicas com a manutenção da soberania alimentar e defesa do território, no Acampamento Zé Maria do Tomé em Limoeiro do Norte, Ceará.

1.3. Metodologia de Pesquisa

A metodologia de pesquisa adotada para a realização deste estudo envolveu uma revisão bibliográfica acerca dos agricultores familiares do Acampamento Zé Maria do Tomé. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema da agricultura familiar, soberania

alimentar e políticas públicas de apoio. A análise dos dados coletados foi feita por meio de abordagem qualitativa, buscando identificar padrões e tendências que pudessem auxiliar na compreensão dos desafios e conquistas da agricultura familiar no acampamento, bem como na avaliação do impacto das políticas públicas na comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar

A Agricultura familiar, atualmente é validada como uma categoria social e de ação política (Neves, 2002) desempenhando um papel dentro da sociedade que vai além da questão econômica. Tem importante participação na manutenção dos conhecimentos tradicionais e da relação do agricultor com a terra, como se fosse uma extensão de si. Na compreensão de Schneider (2009), a noção de agricultura familiar se faz necessário uma análise sociológica e de suas múltiplas variáveis sobre sua ampla heterogeneidade na formação social. Indo na mesma direção, Moreira (2013) afirma que as definições acerca da agricultura familiar se consistem em fatores relevantes para a identificação dos indivíduos estudados, assim como de seus ambientes, incluindo os aspectos sociais, econômicos e culturais.

“O estudo da diversidade da agricultura familiar requer uma análise multidimensional sobre as formas de organização do trabalho e da produção no âmbito da unidade de produção familiar, entendidas como mecanismos de construção das estratégias de interação que os agricultores estabelecem com a natureza – a forma de fazer agricultura – e o ambiente social e econômico em que estas relações se estabelecem. Portanto, o entendimento da diversidade da agricultura familiar passa pela identificação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, das estratégias individuais e coletivas de reprodução social e das situações de diferenciação social que daí resultam” (Conterato, 2008, p. 86).

Agricultura familiar não é um termo novo, mas como o levantamento de questões ambientais, conflitos rurais e insegurança alimentar estão em alta, o uso recente da palavra acarreta um amplo aprofundamento nos meios acadêmicos sobre o assunto, nas políticas de governo e nos movimentos sociais e adquire uma nova significação. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Brasil, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (Brasil, 2006).

“aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (Brasil, 2006).

A agricultura familiar está presente em todos os biomas do país e se caracteriza por uma grande diversidade de organização e resistência em cada um dos cinco biomas brasileiros, garantindo a segurança alimentar e nutricional da população (Altieri, 1998). É um modelo de produção agrícola que é desempenhada por famílias, contando com a contribuição significativa e essencial da mão de obra familiar, além da gestão do negócio que é originalmente familiar. Geralmente, essa forma de agricultura é praticada em pequenas propriedades que são cultivadas e mantidas pelas próprias famílias envolvidas, e está diretamente ligada à subsistência das famílias, além de ser uma parte vital da economia local, desempenhando um papel fundamental e crucial no desenvolvimento rural e na segurança alimentar das comunidades que dela dependem.

Esse modelo de agricultura não apenas promove a produção de alimentos de qualidade necessária para o consumo das próprias famílias e comunidades, mas também fortalece e enriquece os laços sociais e a economia da região onde está inserido, contribuindo para um ambiente mais coeso e solidário entre os habitantes locais, além de incentivar práticas sustentáveis e de preservação ambiental que são tão necessárias nos dias de hoje para garantir um futuro sustentável.

Dentro das Unidades Familiares de Produção Agrária tem-se como característica a consorciação de culturas que é uma técnica de produção onde acontece o cultivo de diversos tipos plantas praticado em uma mesma área, podendo ser cultivados ao mesmo tempo ou em períodos distintos. Os pequenos produtores utilizam essa técnica visando obter o máximo de eficiência e diversidade já que uma parte da sua produção tem como objetivo sua subsistência.

É importante falar que existe uma regulamentação que determina um tamanho de área máxima, chamada de módulo fiscal onde e expressa em hectare que pode variar de 5 a 110 hectares, dependendo do município em que a propriedade está localizada. Se o estabelecimento possui de uma a quatro módulos ele se encaixa no perfil de empreendimento familiar (Brasil, 2006).

Tendo como base o decreto Nº 9.064, DE 31 DE MAIO DE 2017 no Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se: IV - módulo fiscal - unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra (Brasil, 2017).

Cerca de 77% dos estabelecimentos rurais são classificados como agricultura familiar, sendo cerca de 3,9 milhões de imóveis apesar disso, as propriedades familiares compreendem apenas 23% de toda a área rural do País (Tabela 1). O tamanho cerceado

compromete a viabilidade financeira desses estabelecimentos, uma vez que a escala de produção se torna um problema estrutural para o agricultor (IBGE, 2017). Apesar de deter 77% das propriedades rurais, isso não quer dizer que os agricultores familiares possuem a maior quantidade das áreas agricultáveis pelo contrário possuem aproximadamente 80,8 milhões de hectares dos 351.289.816 milhões hectares registrados no Brasil, mais de 270 milhões estão sob controle de em torno 1,166 mi de propriedades não familiar.

Tabela 1. Número de estabelecimentos rurais no Brasil em 2017.

Tipo	Nº de estabelecimentos	Porcentagens
Agricultura familiar	3.906,459	77%
Agricultura não-familiar	1.166,865	23%
Nº de estabelecimentos rurais	5.073,324	100%

Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2017)

Como podemos observar na tabela 2 há uma diferença de mais de 11 vezes do tamanho entre a média de hectare por grupo, da agricultura familiar e da não familiar. Isso está atrelado ao contexto histórico do território rural brasileiro e toda sua construção a base de grandes latifúndios que vem desde o Brasil colônia. Apesar de terem uma maior área a agricultura não familiar emprega 33% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, enquanto os produtores familiares empregam 67%, o que equivalem a 10,1 milhões de pessoas.

Tabela 2. Número de estabelecimentos rurais no Brasil em 2017.

Grupo	Nº de estabelecimentos	Área em ha	Média de ha por grupo
Agricultura familiar	3.906,459	80.796,657	20,68
Agricultura não-familiar	1.166,865	270,493,196	231,81
Nº total	5.073,324	351.289,816	69,24

Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2017)

Através do Censo Agropecuário de 2017, verifica-se que a região que mais tem pessoal ocupado é a Nordeste com 46,6%, e a que tem menos é a Centro-oeste, com 5,5% de pessoal ocupado. A distribuição geográfica da agricultura familiar no Brasil se revela de maneira ampla e diversificada, abrangendo todos os estados que compõem o extenso território nacional com suas variadas características e peculiaridades. Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Já os estados do Centro-Oeste e São Paulo têm as menores (IBGE, 2017).

Uma das principais ameaças à agricultura familiar foi a Revolução Verde, que teve início no Brasil nas décadas de 60 e 70, onde se introduziu uma forte monocultura, máquinas, agrotóxicos, fertilizantes e sementes modificadas geneticamente. Surgiu com o intuito de aumentar a produção alimentícia e erradicar a fome por meio de novas técnicas agrícolas, geração de emprego, ampliar a produção na mesma área, além de novas maneiras de corrigir-se a acidez do solo e da utilização de máquinas e equipamentos agrícolas.

A partir de 1960 com a chegada de novas tecnologias no ramo da produção e, posteriormente, nos anos 1980 e 1990 com o início do Neoliberalismo, existiu um impulsionamento de ambos os fatores para que nos anos 2000 o Brasil sofresse os efeitos do “*boom das commodities*”³ que foi a crescente do setor de commodities, fomentada pela demanda crescente por matéria prima, proporcionando aumento de salários e vagas de emprego, atraindo trabalhadores. A crescente demanda por mão de obra se espalhou para outros setores e o país viu seu maior desenvolvimento, muito por conta do Brasil ser um grande exportador e produtor de matéria prima, além da diminuição da desigualdade, porém isso ocorreu apenas durante um período específico, que vai de 2000 a 2014.

O agronegócio acabou surgindo também entre 1970 e 1990, fomentado também pela revolução verde e o desenvolvimento da ciência e tecnologia, juntando-se, quase como uma simbiose, a globalização neoliberal, participando de uma lógica de mercado em que grande parte da sua produção seria destinada ao mercado externo. Importante dizer que o agro acaba sendo visto como a solução para a fome no Brasil, porém o abastecimento alimentar no país não depende e tem menor participação do *Agrobusiness*. O Agronegócio teria mais méritos em exaurir o meio ambiente do que participação no abastecimento alimentar do país, tendo em vista que se utiliza todos os recursos internos para satisfazer o mercado de fora, fechando os olhos para os problemas do Brasil.

A integração nos mercados pode melhorar os níveis de bem-estar ou diversificar o acesso aos bens de consumo, mas também pode expor os agricultores familiares a problemas decorrentes da adversidade de preços ou de condições desiguais de poder de mercado, o que trará valor acrescentado aos produtos da agricultura familiar (Schneider, 2016). O modelo³ produção agrícola familiar está presente em áreas de reforma agrária, reservas indígenas, comunidades quilombolas e em assentamentos rurais, desempenhando um papel crucial na segurança alimentar e na geração de emprego e renda. Além disso, a agricultura familiar é responsável por uma parcela significativa da produção agrícola brasileira.

³ Período compreendido entre 2003 e 2014 foi caracterizado pela elevação dos preços das commodities, associada ao registro de elevadas taxas de crescimento do país (Ferreira, 2018).

No entanto, é necessário sublinhar que existe uma concentração significativa de pequenas propriedades e comunidades agrícolas, particularmente no Nordeste e no Sul do país. As condições climáticas e de solo nessas áreas são particularmente favoráveis ao cultivo de uma variedade de culturas e produtos típicos da agricultura familiar e refletem fortemente a identidade cultural de cada região. Entre as culturas mais famosas podemos citar o cultivo da mandioca, do feijão, do milho, além de uma considerável variedade de frutas e hortaliças, essenciais para o abastecimento da população local e a vitalidade da economia regional. A produção local não só fornece alimentos às comunidades vizinhas, mas também fortalece os laços familiares e comunitários e facilita um importante trabalho colaborativo entre os agricultores.

A importância econômica vincula-se ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Com base nos dados do Censo Agropecuário 2016-2017, foi elaborada uma lista com uma cesta de 65 produtos agrícolas, abrangendo a produção de grãos, cana-de-açúcar, hortaliças e espécies frutíferas. No conjunto desses 65 produtos, a participação da agricultura familiar foi de apenas 5,7%. Quando se exclui, desta cesta, a soja, o milho, o trigo e a cana-de-açúcar, que são culturas industriais cultivadas em médias e grandes áreas, a participação da agricultura familiar alcançou 30% do total produzido, em toneladas. Com relação à produção da pecuária, os dados do Censo Agropecuário 2016-2017 mostram que 31% do número de cabeças de bovinos, 45,5% das aves, 51,4% dos suínos, e 70,2% de caprinos pertencem à agricultura familiar. Além disso, este segmento foi responsável por 64,2% da produção de leite no período de referência do censo (IBGE, 2017).

Segundo (Arruda, 2022), no Ceará, o campesinato desempenha um papel extremamente significativo e essencial no contexto socioeconômico do estado, contribuindo de maneira crucial para a geração de empregos, a produção de alimentos variados e a preservação das tradições rurais que são tão ricas e importantes para a identidade local. A presença de inúmeras pequenas propriedades rurais e a diversidade de culturas, produtos agrícolas, além dos diferentes métodos utilizados por essas pequenas propriedades caracterizam de maneira marcante a paisagem agrícola do Ceará. Contribui para uma agricultura sustentável que traz como base uma agroecologia presando pela manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta para a redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais e não apenas com objetivo de gerar lucro (Altieri, 2011).

O Ceará tem uma área de 6,9 milhões de hectares dividida entre um total de 394,3 mil estabelecimentos agropecuários no estado, possui um total de 929 mil pessoas ocupadas com as atividades familiar e não familiar tem uma forte produção de banana com mais de 203 mil toneladas em 8 mil estabelecimentos além de 14,5 milhões de pés de caju produzindo 32 milhões de toneladas de castanha de caju sendo o maior produtor do Brasil, além disso possui uma lavoura temporária de milho com uma produção de 241 toneladas um fator importante que essa cultura está presente em aproximadamente 75% dos estabelecimentos agropecuários do estado (IBGE, 2017).

2.2 Soberania Alimentar

Segundo o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, soberania alimentar é:

“[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental e indispensável na garantia da soberania alimentar, contribuindo de forma significativa para a produção local de alimentos e atuando como sustentáculo sólido e confiável da segurança alimentar de comunidades inteiras. Ao cultivar com afincamento e dedicação uma vasta variedade de produtos frescos, saudáveis e saborosos, os agricultores familiares mantêm à disposição uma ampla e diversificada gama de alimentos, reduzindo assim de maneira considerável a dependência de alimentos processados e importados, o que fortalece e consolida a autossuficiência alimentar das comunidades (Cruz, 2020).

O Brasil possui uma diversidade de recursos naturais, culturais, sociais que permeia um sentimento tradição, respeito e identidade, o que resulta na formação de conhecimentos tradicionais que são passados a cada geração. Com o advento das novas tecnologias agrícolas como única forma válida, esses conhecimentos herdados acabam muitas vezes por serem estereotipados como formas arcaicas, inválidas e obsoletas de saber e isso é visível nas questões de produção, quando comparamos agroindústria com os agricultores familiares que envolvem os saberes tradicionais relacionados ao uso do campo enquanto a produção em larga escala já traz uma introdução do maquinário e do agrotóxico e a transformação do alimento em com-

modities para atender a demanda do mercado onde não há preocupação se haverá ou não a distribuição.

Com o surgimento da revolução verde e a utilização de novas técnicas e tecnologias agrícolas conseguiu-se recordes de produção, porém mais produção não significa alimento na mesa. Os métodos empregados para aumentar a produção tem como objetivo apenas econômico. Segundo Josué de Castro (1963), a problemática não está em produzir, e sim distribuir quando você precifica os alimentos automaticamente exclui aqueles que não podem pagar. Apesar do aumento de produção e tecnologia observa-se que a fome e insegurança alimentar aumentando no Brasil. Conforme a Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional (II VIGISAN, 2022) “Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome insegurança alimentar (IA) grave. Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave).”

“O reconhecimento de que a alimentação humana é muito mais do que um fato biológico, mas um ato social e cultural, já está consolidado nos estudos antropológicos.1-6 A cultura alimentar tem sido compreendida como “o conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas herdadas e/ou aprendidas que estão associadas à alimentação e são compartilhadas pelos indivíduos de uma dada cultura ou de um grupo social determinado” (Santilli, 2015, p.586).

Além dos benefícios comprovados relacionados à segurança e garantia alimentar, a agricultura familiar possui um impacto direto na preservação e valorização das tradições alimentares locais, contribuindo ativamente para a manutenção e enriquecimento da cultura gastronômica da região em que está inserida. Através desse ajustado equilíbrio entre tradição e modernidade, a agricultura familiar favorece a identidade cultural e a herança gastronômica, assegurando a continuidade das práticas e conhecimentos ancestrais relacionados à produção, preparo e consumo dos alimentos tradicionais. Essa valorização da cultura gastronômica local é essencial para o fortalecimento da identidade e da diversidade cultural, além de contribuir para o desenvolvimento econômico das regiões.

“Em um mundo cada vez mais dominado por um modelo de alimentação industrial e homogêneo, surge, paradoxalmente, um forte movimento de valorização de sistemas alimentares locais e territorializados, portadores de importantes referências culturais que devem ser preservadas. Se os sistemas alimentares diferentes correspondem a sistemas culturais distintos,³ os produtos, práticas e saberes alimentares locais se tornaram símbolo de resistências culturais contra a homogeneização. Afinal, os alimentos expressam tradições e práticas culturais das comunidades que os produzem e consomem, e estão inseridos em sistemas sociais e culturais específicos, que atribuem distintos significados ao que se come, como, quando e com quem se come” (Santilli, 2015, p.587).

Com o avanço do cenário do agronegócio principalmente impulsionado pela revolução verde e dos modelos de alimentação industrial, ficou mais difícil manter uma alimentação *in natura* e mínimo possível de processos industriais e adquirir produtos que ocorra uma valorização dos pequenos agricultores locais. Nesse processo acaba se perdendo a relação dos saberes tradicionais e a relação entre tradição, nutrição e sociedade, pois há uma substituição para um método de produção de monocultura e industrialização tendo como objetivo apenas sua comercialização em larga escala, se utilizando de sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e buscando a máxima produção sem uma preocupação ambiental e exaustão do solo, pois visa apenas o capital e abastecer quem pagar mais.

“São formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem e pré-processamento por fritura ou cozimento” (Brasil, 2014, p.41).

A valorização e o apoio à agricultura familiar são absolutamente indispensáveis para garantir o acesso equitativo a alimentos saudáveis, frescos e de qualidade para toda a população, fortalecendo assim a soberania alimentar e reduzindo significativamente a vulnerabilidade a crises e instabilidades no fornecimento de alimentos. Para que esse objetivo nobre seja alcançado e consolidado, é imprescindível estimular de forma contundente e eficaz práticas agrícolas sustentáveis, oferecer políticas públicas adequadas que estejam alinhadas às necessidades e demandas dos agricultores familiares, além de realizar investimentos substanciais que sirvam para impulsionar e fortalecer com efetividade a agricultura familiar, proporcionando, dessa forma, uma maior segurança alimentar e um futuro promissor para todas as comunidades.

Portanto, é de suma importância reconhecer e valorizar o papel fundamental, essencial e estratégico desempenhado pelos agricultores familiares, promovendo ações concretas, coerentes e sustentáveis que visem à sua valorização e fortalecimento. É necessário, portanto, incentivar e apoiar ainda mais a produção local, tanto em âmbito regional quanto nacional, estimulando a comercialização dos produtos de forma justa e equitativa, garantindo assim um mercado justo e próspero para os agricultores familiares. Além disso, é crucial assegurar condições adequadas de trabalho, melhorar a infraestrutura rural, promover uma educação agrícola de qualidade, garantir o acesso a crédito e tecnologias adequadas, além de assegurar a dig-

nidade e o respeito para esses agricultores tão valiosos, que desempenham um papel crucial e insubstituível na economia local e na sociedade como um todo. Somente através dessas ações conjuntas e efetivas conseguiremos construir um futuro sustentável, resiliente e próspero para a agricultura familiar e para todos aqueles que dependem dela para se alimentar e viver.

A situação alimentar no Ceará apresenta desafios significativos e abrangentes, com a fome e a insegurança alimentar se configurando como problemas persistentes e alarmantes em diversas regiões do estado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 1,5 milhão de cearenses convivem diariamente com a insegurança alimentar, o que representa aproximadamente 16% da população total do estado. Esse panorama é preocupante e destaca a necessidade urgente de intervenções. Além disso, a desertificação em algumas áreas do Ceará tem impactado negativamente a produção de alimentos, o que torna a situação ainda mais complexa e desafiadora. A degradação do solo, aliada a práticas agrícolas inadequadas e a mudanças climáticas, contribui para a diminuição da produtividade rural, resultando em um cenário alarmante. Por isso, é fundamental e necessário adotar medidas eficazes e urgentes que foquem na erradicação da fome, bem como na promoção da soberania alimentar dentro do estado, para garantir que todos os cearenses tenham acesso a alimentos adequados e nutritivos.

No Ceará, existem várias políticas públicas e programas voltados para a segurança alimentar e soberania. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa que beneficia tanto os agricultores familiares, garantindo a comercialização de seus produtos, bem como assegura o acesso a alimentos de qualidade para a população em situação de vulnerabilidade. Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também desempenha um papel importante, já que proporciona uma alimentação adequada para os estudantes, ao mesmo tempo em que impulsiona a agricultura local. Outra ação relevante é o Programa Cisternas, que promove o acesso à água para consumo e produção de alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e contribuindo para a soberania alimentar no estado (Oliveira; Assis, 2020).

2.3 Território

Nesta seção, iremos abordar a formação do território brasileiro e seus conflitos rurais que vêm desde o período colonial, cada região tem suas características e peculiaridades. Além disso, será discutida a importância da territorialidade, ou seja, a relação das sociedades humanas com o espaço geográfico, e como essa relação influencia as dinâmicas sociais e

culturais. A ideia é proporcionar um panorama abrangente e bem fundamentado sobre o tema, que esclareça como esses conceitos se inter-relacionam e se aplicam na análise das interações espaço-sociedade. Esse entendimento é essencial para que possamos melhor compreender as nuances do território em suas múltiplas dimensões e manifestações.

Para Santos (1993) o território não é apenas fundamento do Estado-nação, mas, como território usado, designa o conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de acolher novos recortes, podendo ser formado no período contemporâneo por lugares contíguos e lugares em rede. Segundo Abramovay (1998), há visão dos estudiosos e planejadores do desenvolvimento brasileiro demonstram um frequentemente e certo viés, que limitasse em ver o Brasil a partir das cidades, desconhecendo a importância econômica, social e cultural do meio rural.

“O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (Santos, 2000, p. 104).

Para analisar o padrão histórico de ocupação do território brasileiro, atentando para o seu impacto ecológico, é necessário partir da observação de que o Brasil como entidade histórica é uma construção muito recente, não é o resultado de um processo evolutivo longo, maduro e lento, mas de séculos de ocupação sob domínio europeu. Além disso, as linhas gerais deste processo estabelecidas segundo a lógica da exploração colonial, permaneceram válidas após a independência política do país e ainda hoje continuam a imprimir profundamente o nosso modelo de desenvolvimento que tem como base a comercialização de “*commodities*”.

Durante esse processo de ocupação as relações de espaço e pessoas foram afetadas. Milhares de anos de cultura indígena nos deixaram elementos importantes a vida espiritual e material da sociedade brasileira. Mas não podemos esquecer, povos indígenas do Brasil sofreram um enorme massacre da população, cerca de 90%. Os primeiros cem anos de contato com os europeus, a violência direta e indireta ajuda a explicar o massacre, mas a propagação da epidemia, um verdadeiro choque epidemiológico, constitui um eixo de explicação cada vez mais aceito (Padúa, 2004).

Devido a diminuição populacional dos povos indígenas durante o processo de colonização foi necessário trazer mão de obra afim de que a região do litoral ficou bastante despovoada. Segundo Warren Dean (1998), no primeiro momento a Mata Atlântica chegou a expandir-se após a conquista, já que as práticas agrícolas realizadas pelos indígenas estavam

em uma escala muito menor do que as adotadas posteriormente pelas lavouras dos europeus. Este despovoamento abriu espaço para o estabelecimento gradual de atividades econômicas dirigidas pelos colonizadores e voltadas para a transferência de riquezas para a Europa, criando um amplo sistema produtivo sob o domínio do capital europeu em grandes espaços de um território tropical. Como mão de obra para estas atividades, inclusive por força da queda da população nativa, abriu espaço para um novo negócio aberto por este tráfico na economia do mundo, foram introduzidos grandes contingentes de escravos africanos.

Nesse sentido o Brasil não nasceu como país, mas como um projeto de exploração em larga escala de seus recursos naturais. Tal exploração de matéria-prima influenciou na escolha do nome da então colônia.

“Isto está indicado no próprio nome “Brasil”, que venceu uma disputa histórica com o nome “Santa Cruz”, apesar da força ideológica do catolicismo. O nome “Brasil” indica o predomínio da exploração ecológica sobre outros valores civilizatórios, na medida em que o pau-brasil foi o primeiro elemento da rica natureza deste território passível de exploração pelo mercantilismo europeu. Ao contrário do nome “Santa Cruz”, que indicaria uma sociedade em evolução endógena a partir de determinados valores religiosos, o nome “Brasil” sinaliza a exploração direta do mundo natural como fundamento da apropriação e ocupação social do território” (Pádua , 2004 p.03).

Após o período colonial, tivemos a primeira fase de um processo de transição de um sistema escravocrata para um trabalho assalariado no Brasil. O fim da escravidão não significou que a população negra iria ser inserida na vida econômica, política e social, foram abandonados à própria sorte coube a eles mesmos se organizarem e criarem formas de luta. A abolição não significou o fim da segregação. Em 1850 foi implementada a Lei de Terras, que marcava uma desigualdade fundiária no Brasil, excluía e marginalizava a população negra e pobres.

A lei unia, portanto, num mesmo projeto duas questões: a imigração e a regulamentação fundiária, e operava a transição entre uma forma de propriedade na qual os sesmeiros eram apenas concessionários para uma outra forma, burguesa e contratual, vinculada à consolidação do Estado nacional. Convém observar que, na lei, os africanos e seus descendentes foram excluídos da categoria de brasileiros e classificados apenas como *libertos*. Se a escravidão não aparece no texto, à população escravizada não caberiam direitos à terra, ao emprego ou outra forma de subsistência, como eram explicitamente determinados

para o imigrante (ÁGUAS, 2012).

Seguindo essa transição de império para República velha a presença de latifúndios se manteve presente e ativa. Quando entramos na República temos três conflitos rurais durante a hegemonia das Oligarquias Estaduais. A primeira delas foi a Guerra de Canudos (1896-1897), cuja traz em sua memória uma luta pelo direito ao território e o uso do seu espaço. Como segunda frente desses conflitos temos o Contestado, uma revolta camponesa ocorrida entre Paraná e Santa Catarina que foi sufocada pelas tropas estaduais e federais em 1916. Já na região nordeste durante as décadas de 20 e 30, temos o Cangaço que surge como terceira frente de conflito, contando com grupos armados e associados a figura de Lampião (1897-1938) e ao conceito de “Banditismo Social”⁴ os cangaceiros atuavam em favor dos mais pobres, desfrutando de legitimidade diante das populações locais, ao mesmo tempo em que eram considerados fora da lei pelas autoridades constituídas. Porém, essa suposta legitimidade é decorrente do temor e da ameaça que representavam, ressaltando que agiam muito mais em função de seus interesses próprios do que a favor de uma causa popular.

Após esse período entramos no Estado Novo (1937-1945), tivemos o projeto estatal que visava o abastecimento das cidades e proteção do território. Durante esse processo, vimos um controle do Estado sobre o território na busca de evitar os conflitos rurais ocorridos na República Velha. Criou-se legislação sindical afim de dificultar e burocratizar a legalidade dos camponeses.

“Nos anos de 1950, existiam apenas 5 sindicatos rurais, o mais antigo deles fundado pelos cortadores de cana na década de 1930 em Campos (RJ). Data do fim desse período, nos debates da Assembleia Constituinte de 1946, a introdução das discussões sobre a necessidade de algum tipo de reforma agrária, seja por um reordenamento fundiário, seja pela introdução de novas técnicas de cultivo agrícola.¹⁰ Assim, a constituição promulgada em 1946 trazia artigos que previam a desapropriação de terras, ainda que mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (Dezemone, 2002).

Com isso na década de 60 tivemos a Revolução Verde onde houve um avanço da fronteira agrícola permitiu uma expansão ainda maior das atividades rurais, mas essa expansão veio acompanhada da perda de espaço dos pequenos produtores, que viram suas terras serem tomadas por grandes propriedades. A questão da posse da terra no território rural é marcada por inúmeros conflitos e disputas que remontam a diferentes contextos históricos e sociopolíticos. Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, a árdua luta pela terra tem se mostrado uma constante e incessante batalha, permeada por uma série de questões

⁴ Segundo Hobsbawm, o Banditismo Social é um fenômeno universal, dado que os camponeses teriam todos eles um modo de vida similar, definido pelo acesso direito à terra e a uma série de recursos naturais e de reciprocidade costumeiras na comunidade (Hobsbawm, 1972).

complexas e intrincadas. A concentração fundiária, a grilagem de terras, a expulsão de comunidades tradicionais e as violentas disputas entre os pequenos produtores e os poderosos latifundiários são apenas algumas das faces desse conflito multifacetado (Machado *et al.*, 2023).

Atualmente, o Brasil, possui uma impressionante extensão territorial de aproximadamente 8,5 milhões de km², é amplamente reconhecido como o quinto maior país do mundo em termos de área total. Essa ampla territorialidade não é apenas um número, pois é acompanhada por uma rica diversidade geográfica, que é composta por exuberantes florestas tropicais, extensos planaltos altaneiros, vastas planícies aluviais e uma variedade de ecossistemas distintos que se interagem entre si. Ao longo dos séculos, o território brasileiro foi palco de diversos e significativos processos de ocupação, colonização e exploração, os quais moldaram a configuração atual do país, impactando profundamente a formação territorial que reconhecemos hoje.

Essa diversidade cultural, que é intrinsecamente ligada à rica diversidade ambiental do Brasil, se reflete de maneira palpável na distribuição da população e nas variadas atividades econômicas que ocorrem em todo o seu extenso território. Esse fenômeno evidencia assim a importância dos elementos históricos e geográficos no entendimento abrangente do território nacional e na sua contínua evolução ao longo do tempo, ressaltando como esses fatores contribuem para a identidade única do Brasil.

“A história da constituição do meio rural brasileiro tem, evidentemente, diferenças marcantes em relação à história europeia e norte-americana. Basta lembrar as funções específicas, aqui, assumidas historicamente pelas cidades, as vinculações da grande agricultura de origem colonial ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população por um vasto território, para se entender as particularidades brasileiras, no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, às relações campo/cidade, e às relações entre o que é “agrícola” e o que é “rural” (Wanderley, 2004).

Segundo Wanderley (2004), apesar da sua importância produtiva o meio rural tem sua população excluída dos bens e serviços concentrados na cidade, seja porque é muito distante ou por falta de locomoções. É uma problemática que afeta principalmente os pequenos produtores já que eles possuem menos recursos financeiros do que as grandes propriedades.

É imprescindível destacar que a ausência de regularização fundiária e a falta de políticas efetivas de redistribuição de terras não só se configuram como obstáculos gritantes, mas também como um combustível incendiário para a intensificação desses conflitos. Essas condições adversas, combinadas com a falta de oportunidades e recursos nas áreas rurais, têm

o potencial de ampliar de forma assustadora as tensões no campo, impactando diretamente a vida das populações rurais e fragilizando ainda mais essa imensa parcela da sociedade. Os movimentos sociais e as lutas pela reforma agrária desempenham um papel crucial e imprescindível na busca incessante pela justiça social e equidade no acesso à terra.

Ao longo da história, inúmeras e diversas organizações e movimentos populares têm se mobilizado arduamente para reivindicar incansavelmente a reforma agrária, almejando e visando inculcar o direito inalienável à terra para os pequenos agricultores e as comunidades tradicionais tão marginalizadas. Esses movimentos, verdadeiros baluartes da transformação social, não simplesmente almejam o acesso à terra, mas também batalham resolutamente por melhores condições de trabalho dignas, políticas públicas intrínsecas e genuínas voltadas incondicionalmente para a agricultura familiar e, de igual modo, a preservação veemente e indissociável da cultura local tão rica e distinta. A luta árdua, raizada na resistência férrea, mobilização massiva e organização popular engenhosa e incisiva, não só fulcra a história passada, mas continua e perpetua-se como uma pauta indubitavelmente premente e angustiante na agenda impreterível dos movimentos sociais legítimos do campo brasileiro.

Atualmente, o congresso federal dispõe de uma bancada ruralista que tem como objetivo vetar qualquer projeto que venha ameaçar os grandes latifundiários brasileiros, aprovando projetos possam explorar mais ainda a terra como o projeto de lei do marco temporal de busca restringir a demarcação de áreas indígenas, a estimativa caso aprovação do projeto que 23 milhões de hectares a 55 milhões venham a ser desmatados gerando uma emissão de 7,6 a 18,7 bilhões de toneladas de CO₂ (gás carbônico) na atmosfera, segundo o estudo produzido pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). Assim, distanciando mais ainda o nosso território de um modo de produção e uso do solo sustentável.

2.4 Políticas públicas e ações de apoio à agricultura familiar

A legislação e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil desempenham um papel fundamental no fortalecimento desse setor importante da economia nacional. Entre as principais diretrizes, destaca-se com grande relevância a Lei da Agricultura Familiar, que estabelece critérios específicos para a identificação e aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar. Essa lei é crucial, pois visa garantir que os produtos agrícolas estejam amplamente acessíveis e sejam devidamente valorizados no mercado, bem como assegurar que os agricultores familiares tenham melhores oportunidades e condições de venda.

Adicionalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma peça-chave e essencial nesse processo, oferecendo diversas linhas de crédito e assistência técnica que são absolutamente indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das atividades rurais. Esse programa é projetado de forma a atender as necessidades específicas dos agricultores familiares, possibilitando que eles tenham acesso direto a recursos financeiros para investimentos em suas propriedades, promovendo assim a sustentabilidade econômica desse importante segmento produtivo.

Outra iniciativa de grande relevância e impacto é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atua na promoção da aquisição de alimentos frescos e saudáveis, oriundos exclusivamente da agricultura familiar (Antoniazzi; Oliveira, 2024). Esse programa não só fortalece a renda dos agricultores, mas também desempenha um papel significativo e estratégico na luta contra a fome, contribuindo diretamente para o desenvolvimento local e a segurança alimentar das comunidades mais vulneráveis. Além disso, este programa permite ao agricultor familiar comercializar o seu excedente de produção e fortalecer a economia da região. Dessa forma, é importante ressaltar que o fortalecimento da agricultura familiar é essencial para o equilíbrio social e econômico do Brasil, garantindo um futuro mais justo e sustentável para todos.

O Programa de Cisternas Estabelecido como política pública desde 2003, é regulamentado pela Lei nº 12.873 de 2013, pelo Decreto nº 9.606 de 2018. Destina-se a famílias rurais de baixa renda (renda per capita de até meio salário-mínimo) e a equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou falta de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participar, as famílias precisam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, 2018).

O Programa possui um sistema informatizado próprio de registro da execução, do acompanhamento e do reporte das parcerias firmadas, o Cisternas SIG. A SIG Cisternas garante a gestão, controle e transparência do programa. Todas as tecnologias sociais implementadas são cadastradas neste sistema, além dos dados de localização geográfica (georreferencia, município e comunidade), cada cadastro traz dados gerais sobre o beneficiário, o processo de formação realizado. Também é anexado um Termo de Recebimento assinado pela família, documento com fotos e que tem como objetivo comprovar a entrega efetiva da tecnologia ao beneficiário assim auxiliando no combate as fraudes e desvios de recursos do Governo federal, para que se torne uma política pública que chegue as pessoas que realmente precisam dessas cisternas.

3 ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

O Acampamento Zé Maria do Tomé, localizado no município de Limoeiro do Norte, na região da Chapada do Apodi, situada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, fazendo parte da microrregião do Baixo Jaguaribe que, segundo o IBGE, engloba 10 municípios cearenses: Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana.

A Chapada do Apodi abrange a porção norte-oriental do Ceará, apresenta superfície até um nível aproximado de 250 m, tendo o predomínio de solo cambissolos, que evidencia os usos na agricultura. Com solo propício para agricultura, se tornou uma região disputada pelas empresas do agronegócio. O Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi - “PIJA”⁵ é um território marcado pela luta pela terra e pela resistência camponesa. O perímetro de irrigação é um reflexo do domínio espacial do estado. Quando utiliza estratégias de mercantilização do espaço, modernização agrícola.

“O Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi localizado na Chapada do Apodi, no município de Limoeiro do Norte, se insere numa lógica onde são priorizados lotes para empresas agrícolas e agroindustriais voltadas principalmente para a agricultura irrigada explorando a fruticultura para a exportação, demonstrando a inclusão do município na produção globalizada” (Oliveira, 2016 p. 54)

São nas regiões com maior implantação do meio técnico-científico-informacional e com estrutura de equipamentos de recursos hídricos, que facilitam a exploração da agricultura irrigada, que as relações capitalistas de produção progridem no campo. “A região do Baixo Jaguaribe está entre as que mais têm interessado aos capitais hegemônicos atuantes na agroindústria do Estado” (ELIAS, 2002, p. 290). Sendo assim percebe-se que há um interesse do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, que promovem programas governamentais que se perfila com um favorecimento a dinâmica de favorecimento dos grandes produtores rurais tendo como vista atender demandas de consumo globais e uma lógica de acumulação de riqueza num modelo capitalista.

No meio desse cenário surge o Acampamento Zé Maria do Tomé que foi fundado em

⁵O Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi - PIJA teve sua construção iniciada no ano de 1987, sob a responsabilidade Departamento Nacional de Obras e Saneamento –DNOS. Prometendo à população melhorias para a economia local e o desenvolvimento da agricultura, o perímetro instalou-se na região e a realidade se construiu na contramão das promessas iniciais, gerando uma série de consequências que atingiram diretamente a vida e a produção dos camponeses da região, conforme aponta (Freitas, 2010, p. 90-105).

cinco de maio 2014, com a força e resistência destes pequenos agricultores, apoiada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) após a ocupação de uma área improdutiva do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí. Esse território surgiu como forma de protesto contra as injustiças ambientais e vulnerabilidades contidas nos projetos de implantação da agricultura de grande porte. O acampamento passou por uma transição agroecológica, todavia, a mudança de forma de produção requereu apoio técnico, e nesse sentido, foram implementados alguns canteiros, hortas, como campo experimental de novas tecnologias não agressivas ao meio ambiente e fortalecimento das culturas. No entanto, o fato do acampamento está numa área fronteira, com as grandes indústrias agroexportadoras de fruticultura, já se constituiu um primeiro obstáculo a expansão da agroecologia (Oliveira, 2015).

O acampamento abriga, atualmente, cerca de 100 famílias e recebeu esse nome em homenagem ao José Maria Filho⁶, agricultor que foi assassinado com mais de 20 tiros à queima-roupa na data de 21/04/2010. O crime ocorreu próximo a casa do ativista, na comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte, no Ceará. José Maria Filho fazia denúncias sobre as consequências do uso de agrotóxicos, promovendo debates com foco na saúde das comunidades que vivem na chapada e enfrentando diretamente grandes empresas do agronegócio.

Os problemas socioambientais que motivaram a luta de Zé Maria do Tomé se intensificaram nos últimos anos, inclusive com muitos casos de morte de trabalhadores rurais em virtude da contaminação por agrotóxicos. O aumento da incidência de câncer em trabalhadores do agronegócio e das populações do entorno dos projetos públicos de irrigação tornou-se um problema gravíssimo. O Estudo Epidemiológico comprova que “Além das intoxicações agudas, há também efeitos de longo prazo, como o aborto, e outros que ainda estão sendo estudados, tais quais cânceres, malformações congênitas, doenças endócrinas, doenças imunológicas, etc” (Rigotto et al., 2010, p. 28), sendo a incidência de câncer 38% maior do que em outras regiões onde não existem empresas do agronegócio.

Zé Maria do Tomé buscou todos os caminhos possíveis para apresentar queixas e exigir justiça para aqueles que sofreram as consequências do agronegócio. Para tanto, participou de programas de rádio, reuniões com o Departamento de Comunidades e Combate

⁶José Maria Filho, mais conhecido como Zé Maria do Tomé, era agricultor e líder comunitário na região da Chapada do Apodí, município de Limoeiro do Norte. Assim, suas principais lutas eram a de combater a pulverização aérea de agrotóxicos na Chapada do Apodí e a reivindicação do assentamento dos pequenos produtores agrícolas nos perímetros irrigados Jaguaribe-Apodí (Quintino, 2024).

Nacional às Secas (DNOCS) e audiências públicas, sempre expondo os danos à saúde das pessoas pelo uso de aeronaves para pulverização de agrotóxicos, e pela distribuição desigual de terras em favor das grandes corporações.

“Nós bebe a água do perímetro irrigado, uma água que não foi feita para o consumo humano, ela tem um percurso de 14 km de canal de céu aberto, se arrastando de lá pra cá trazendo cachorro morto, veneno que jogam, avião pulverizando caindo veneno dentro, nós ‘tamo’ bebendo água da última piscina que tudo só vem pra final e a adutora toda de ferro, toda sucateada” (Zé Maria, líder ambientalista).

A primeira dessas lutas se deu com a ocupação das obras da Andrade Gutierrez no ano de 2004, com a qual as famílias hoje assentadas foram diretamente beneficiadas. Em seguida, tivemos a participação na atividade do 08 de março, que foi protagonizada pelas mulheres da Via Campesina, que trancaram a estrada do agronegócio, em 2007, para denunciar os efeitos devastadores das empresas de fruticultura, na Chapada do Apodi, e os impactos dos agrotóxicos. Houve, também, a participação e o apoio à greve dos funcionários da Del Monte, que paralisaram o trabalho e montaram um acampamento para denunciar as condições de trabalho e exigir os direitos dos trabalhadores das empresas, assim como a participação no Grito dos Excluídos no ano de 2009, organizado por setores da igreja, que contou com a presença de mais de cinco mil pessoas de toda a região da chapada.

Outra luta ocorreu na Audiência Pública sobre agrotóxicos, em maio de 2010, com mobilizações nas ruas de Limoeiro do Norte, contando com mais de 800 pessoas, com duração de três dias, para exigir punição para os assassinos de Zé Maria e, mais uma vez, denunciar os problemas causados pelos agrotóxicos e empresas do agronegócio. “E a participação no trancamento da BR 116 em solidariedade à luta das comunidades que estão sendo afetadas pela II etapa do perímetro irrigado, dentre outras” (Rigotto, 2011 p.483).

Figura 1 – Placa do Acampamento Zé Maria do Tomé.



A própria área, em que hoje está contido o acampamento Zé Maria do Tomé, se encontra dentro do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, que foi implantado no final dos anos 1980. De acordo com o MST, para a formação do perímetro, “ocorreu a expropriação, expulsão e desmantelamento da produção de cerca de 6 mil famílias da região, que antes produziam alimentos e mantinham relações de identidade com o território”. Após vários anos de luta por terra para produzir e garantir o sustento das famílias, os agricultores ocuparam o local e reivindicam a área explorada por empresas que faziam uso abusivo de agrotóxicos.

De forma recorrente as famílias do acampamento sofrem ameaças de reintegração de posse da área. Em 2018, por exemplo, elas foram cercadas pela Polícia Militar que estava no local para cumprir uma ordem judicial de despejo. Na ocasião, houve negociação entre lideranças do acampamento e os policiais e foi acertada a suspensão da ação. Porém, em 2022 pós pandemia e devido à pressão do agronegócio, o acampamento Zé Maria do Tomé vem lutando para que as famílias não sejam despejadas. Uma decisão judicial já determinou a reintegração de posse da terra para DNOCS na data 27/06 e foi realizada uma audiência pública a fim de propor soluções para o acampamento e famílias que vivem no local e retiram seu sustento da terra.

Figura 2 – Imagens de acampados



Fonte: imagens retiradas do Instagram do Acampamento.

Figura 3 – Imagem do Acampamento



Fonte: Foto registrada durante a viagem de campo pelo autor.

Durante a visita ao local, foi possível observar uma grande variedade de culturas nos estabelecimentos visitados com uma predominância no cultivo de banana, também foi observado a criação de animais com o objetivo de subsistência. O acampamento contava com

problemas de infraestrutura como a falta de saneamento básico um problema que ainda é muito presente no meio rural além de que foi relatado a dificuldade de transportar a produção excedente para venda, acabando vendendo seu produto abaixo do valor de mercado para atravessadores. Além de conviver com uma tensão que a qualquer momento podem ser despejados da terra.

O acampamento é uma das formas de resistência da região, inclusive com participação de membros do acampamento Zé Maria do Tomé é o “Movimento 21”⁷, que é uma forma de perseverança ao próprio avanço do agronegócio, do capitalismo desenfreado, que acaba levando a problemáticas no campo como a própria desapropriação de algumas comunidades e outros impactos sociais, além disso contribui também com as pautas referentes aos trabalhadores assalariados e suas condições de trabalho, que muitas das vezes são precárias, principalmente em relação aos que trabalham para empresas do agronegócio e participam da aplicação de agrotóxicos. A sobrevivência dessas comunidades de agricultores familiares se dá por meio da agroecologia, tendo em vista que muitas famílias plantam sem utilizar nenhum tipo de veneno e até recebem capacitações para realizar tais plantios, gerando menos danos ambientais e utilizam-se dessas plantações para seu sustento, geração de renda, por meio da participação em feiras que ocorrem em Limoeiro do Norte, como foi supracitado e até mesmo doando alimentos para outras famílias que necessitam, de fato existe uma cooperação entre as comunidades e também um anseio por transformação social.

Pode-se dizer, portanto, que as formas de organização popular acabam sendo bastante importantes, até mesmo por conta dos poucos benefícios que tais assentamentos possuem e a problemática em que muitas famílias estão inseridas, já que estão no “Meio do veneno”. Toma-se como exemplo o próprio acampamento Zé Maria do Tomé, que não possui auxílio algum da prefeitura e tem que conquistar todas as suas necessidades a partir das próprias lutas em comunidade, como a própria “Semana Zé Maria do Tomé”, que fomenta ainda mais a luta dessas comunidades que sofrem mediante o crescimento do agronegócio na região, que cada vez mais tentam tomar seu espaço e ameaçam o modelo de agricultura familiar em prol de um desenvolvimento econômico.

⁷ O GPM21 é o grupo de pesquisa do Movimento 21 (M21) que é uma articulação formada, atualmente, pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, pastorais sociais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, a CSP-Conlutas, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE e o Núcleo Tramas/UFC. O nome do Movimento é uma homenagem ao líder comunitário do Tomé, José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé, assassinado em 21 de abril de 2010.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar a importância do Acampamento Zé Maria do Tomé na luta pela agricultura familiar, soberania alimentar e defesa do território. Os resultados evidenciam os desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Além disso, ressaltam a relevância da defesa do território para a agricultura familiar, em meio aos conflitos e ameaças existentes. As contribuições deste estudo para a comunidade acadêmica incluem a possibilidade de aprofundamento teórico sobre a agricultura familiar, soberania alimentar e defesa do território, além de agregar novas perspectivas e fontes de dados para pesquisas futuras. A sociedade também é beneficiada, pois o conhecimento gerado pode subsidiar políticas públicas mais eficazes, promover maior conscientização sobre a importância da agricultura familiar e do acampamento Zé Maria do Tomé, e incentivar parcerias entre instituições acadêmicas e a comunidade local para ampliar o impacto positivo das ações em prol da agricultura familiar e da soberania alimentar.

A pesquisa revelou que os agricultores familiares do acampamento Zé Maria do Tomé enfrentam desafios significativos como a falta de infraestrutura sendo essa principalmente no escoamento do seu excedente de produção, acesso limitado a crédito e sem assistência técnica. Os agricultores se destacam por priorizar técnicas de cultivo tradicionais, incluindo a diversificação de cultivos e práticas sustentáveis como não uso de agrotóxicos em suas plantações. Apesar dos desafios, os resultados mostram o potencial da agricultura familiar no fortalecimento da soberania alimentar e desenvolvimento sustentável da região.

Além de que a expansão do agronegócio, na Chapada do Apodi, ocasionou muitos problemas, entre eles a expropriação de comunidades rurais. O fenômeno decorrente da territorialização em prol do capital daquela região, que promove a degradação dos recursos naturais e altera as relações entre os indivíduos e seus territórios onde passou por um processo histórico. O reducionismo desses modos de vida, por parte do capital e do Estado, desrespeita todos os conhecimentos e as culturas tradicionais que buscam estar em coerência com o ambiente.

A pesquisa nos apresentou que vem acontecendo na Chapada do Apodi não somente o domínio da terra, por parte das empresas do agronegócio e do Estado, mas também da água e do território. Apesar dos ataques do agronegócio, e da omissão por parte do Estado ou uma atuação que privilegia a classe latifundiária, as comunidades rurais da Chapada do Apodi resistem e lutam por melhores condições de vida e contra o modelo hegemônico do agronegócio e ainda preservando o modo de produção familiar, defendendo a soberania alimentar e o seu direito ao território.

Mesmo com tantas conflitualidades na busca pela terra, o território do Acampamento Zé Maria do Tomé, materializa a luta e resistência, na Chapada do Apodi. Observa-se através desse estudo, a potencialidade do campesinato para ocupar espaços que foram usurpados por grandes companhias do agronegócio. Para tanto, procuramos com este artigo, evidenciar e dar visibilidade às resistências concretizadas no Acampamento Zé Maria do Tomé, frente às conflitualidades estabelecidas com o agronegócio e Estado. Assim sendo, partimos da territorialização da luta pela terra.

O caso do acampamento nos apresenta que apesar de existirem políticas públicas para agricultura familiar elas ainda não alcançam a todos, principalmente aqueles que ainda estão lutando para terem a sua terra legitimada, durante a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa na base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a fim de procurar algum projeto de legalização da invasão. Porém, não encontrado nada relacionado ao acampamento, sendo assim as famílias podem ser desapropriadas a qualquer momento a depender da decisão judicial.

REFERÊNCIAS

Acampamento Zé Maria do Tomé - Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia. Disponível em:

<<https://mapa.despejozero.org.br/conflito/limoeiro-do-norte-ce/acampamento-ze-maria-do-tome/>>. Acesso em: 18 set. 2024.

ÁGUAS, Carla Pimentel. Terra e estrutura social no Brasil: exclusão e resistência das comunidades negras quilombolas; 2012; Revista Angolana de Sociologia, p. 131-148.

Altieri, M. A. (2011). Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**. [s.l.: s.n.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

CASTRO, Josué. Geografia da fome. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.

CONTERATO, Marcelo. Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CRUZ, F. T. DA. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

Dean, W., 1998, A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira, São Paulo, Companhia das Letras.

DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. Revista Cantareira dos estudantes da Área de História da UFF, [s. l.], novembro 2002.

Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.

ELIAS, Denise. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. Boletim Goiano de Geografia, v. 40, p. 1-28, 2020.

FERREIRA, T. Q. O BOOM DAS COMMODITIES DOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA ALTA DAS COMMODITIES NAS TAXAS DE INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NO BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE ECONOMIA MONOGRAFIA DE BACHARELADO 2018 p. 11

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA (2001: Havana, Cuba)

Freitas, B. M. C. (2010). Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe - Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

HOBBSAWM, E.J. Social Bandits: Reply in: Comparative studies in Society and History. Cambridge: Cambridge University Press, v.14, n.4, September 1972.

In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 279-311.

JOÃO VALENTE AGUIAR; BASTOS, N. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 84-94, 1 jun. 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica: As relações de produção e a educação do

trabalhador. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.

LAYLSON MOTA MACHADO et al. Conflitos Socioambientais e Territorialidades em Disputa.: **Novos Rumos Sociológicos**, v. 11, n. 20, p. 153–184, 2023.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A. A PRODUÇÃO DE NOVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROTAGONISMO DOS SISTEMAS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Desafio Online**, v. 10, n. 3, 14 abr. 2022.

NEVES, D.P. 2002. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: Lopes, E.S.A.; Mota, D.M.; Silva, T.E.M. (orgs.). Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe. p.133-159.

OLIVEIRA, L. S. DA C.; ASSIS, W. S. DE. O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 35–56, 14 maio 2020.

OLIVEIRA, M. Perfil da agricultura familiar no Ceará. **Repositorio.ufc.br**, 2022.

OLIVEIRA, Maria José Alves de Freitas. Educação, trabalho e resistência da agricultura familiar camponesa na Chapada do Apodi – Ceará. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, Limoeiro do Norte, 2016.

PÁDUA, J.A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/JoseAPadua.pdf>>.

Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Programa Cisternas. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>>.

Programa Cisternas. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>>.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>.

QUINTINO, R. Conheça a história de Zé Maria do Tomé - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/conheca-a-historia-de-ze-maria-do-tome/>>. Acesso em: 2 set. 2024.

Resultados definitivos |. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>.

RIGOTTO, R.M. et al. Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos - documento síntese dos resultados parciais da pesquisa (Pesquisa apoiada pelo CNPq e Ministério da Saúde por meio do Edital MCTCNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde - No 24/2006). Fortaleza - CE, agosto de 2010. 28p.

SANTILLI, Juliana. O RECONHECIMENTO DE COMIDAS, SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. DEMETRA:

Alimentação, Nutrição & Saúde, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 585–606, 2015. DOI:

10.12957/demetra.2015.16054. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/16054>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. UFRGS, 2009. A diversidade da agricultura familiar. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SERRA, Leticia *et al.* Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. REVISTA DO CEDS (Revista Científica do Centro de Estudos em

Desenvolvimento Sustentável da UNDB), [s. l.], jan/jul 2016. Disponível em:

www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds. Acesso em: 20 set. 2024.

SOCIAIS, M. et al. **CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL O Papel Integrado do Associativismo e Economia Solidária na Promoção da Participação Social**. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/download/3917/3500/>>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do estado do Ceará. *Revista de Geologia, Fortaleza*, v. 1, p. 73-91, 1988

VERÍSSIMO, M. P.; XAVIER, C. L. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 18, n. 2, p. 267–295, ago. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. . Olhares sobre o "rural" brasileiro. *Raizes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas* , v. 23, p. 05-35, 2004.